

Pietro Webber

Condições Potestativas

**Pressupostos para a
aplicação do art. 122
do Código Civil**

Prefácio

Cristiano de Sousa Zanetti

Apresentação

Judith Martins-Costa

**Revista
dos Tribunais**



**Thomson
Reuters™**

Diretor de Conteúdo e Operações Editoriais
Alexandre Ferreira Mattioli

Gerente de Conteúdo
Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Editorial: Aline Marchesi da Silva Soto, Camilla Sampaio
e Quenia Becker

Analista Editorial: Emilly Costa Silva

Estagiária: Ana Beatriz Duarte

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital
Gerente de Conteúdo
Milisa Cristine Romera

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos
e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes,
Giovanna Amaral Ambrosio e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Bezerra Cavalcanti,
Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Ignacio Garmendia,
Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo e
Rodrigo Abilio Siqueira de Araujo

Designers Editoriais: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Estagiária: Mariana Cardoso Candido

Capa: Thomson Reuters

Gerente de Operações e Produção Gráfica
Mauricio Alves Monte

Analistas de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno e Victória Menezes Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Webber, Pietro

Condições potestativas : pressupostos para a aplicação do art. 122 do Código Civil /
Pietro Webber. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2026.

Bibliografia

ISBN 978-65-260-3968-7

1. Condições (Direito) 2. Direito civil 3. Direito civil - Brasil 4. Nulidades (Direito) I. Título.

26-351082.0

CDU-347(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	9
Apresentação.....	11
Introdução.....	19
CAPÍTULO 1 - AS CONDIÇÕES POTESTATIVAS	31
1.1. A condição como declaração inexa ao negócio jurídico.....	31
1.1.1. A estrutura e a função da condição.....	32
1.1.2. A distinção entre condições casuais, potestativas e mistas.....	39
1.2. O suporte fático do art. 122, 2ª parte, do Código Civil.....	49
1.2.1. A distinção com direito potestativo.....	51
1.2.2. As modalidades de condição (suspensiva e resolutiva).....	58
1.2.3. Sujeição ao arbítrio do credor ou ao arbítrio do devedor.....	67
1.3. Conclusões parciais.....	72
CAPÍTULO 2 - O REGIME JURÍDICO DAS CONDIÇÕES POTESTATIVAS PURAS	75
2.1. A vedação à condição potestativa pura atua no plano da existência ou no plano da validade do negócio jurídico?.....	75
2.1.1. Inexistência do negócio jurídico.....	76
2.1.2. Invalidade do negócio jurídico.....	80
2.2. A vicissitude fictícia da condição potestativa.....	88
2.2.1. A condição potestativa pura não se sujeita à vicissitude fictícia.....	89

2.2.2. A condição potestativa impura sujeita-se à vicissitude fictícia	97
2.3. Conclusões parciais	99
CAPÍTULO 3 - O EXAME DAS "CONDIÇÕES POTESTATIVAS" PELOS TRIBUNAIS	101
3.1. Contratos bancários	102
3.1.1. Taxa de juros em contratos de abertura de crédito	103
3.1.2. Comissão de permanência	105
3.1.3. Cláusula-mandato	109
3.2. Planos de saúde	111
3.2.1. Reajuste do prêmio devido à mudança de faixa etária	112
3.2.2. Limitação à realização de procedimentos e/ou reembolso de despesas com materiais	113
3.2.3. Direito de impedir a renovação contratual	114
3.3. Fornecimento de energia elétrica	116
3.3.1. Reembolso de despesas incorridas para a construção de rede elétrica	116
3.3.2. Cobrança do "custo administrativo" para a apuração de consumo não registrado	117
3.4. Seguros	118
3.5. Locação	119
3.5.1. Direito de extinção contratual pelo locatário	119
3.5.2. Direito de renovação contratual pelo locatário	121
3.5.3. Responsabilidade do fiador	127
3.5.4. Estipulação de honorários advocatícios	130
3.6. Agência	130
3.7. Fornecimento	133
3.8. Recuperação judicial	134
3.9. Relações associativas	138

3.9.1. Exercício do direito de voto	138
3.9.2. Direito de compensação	140
3.9.3. Dividendo obrigatório	142
3.9.4. Subscrição de ações da Companhia Riograndense de Telecomunicações	143
3.10. Definição do índice de atualização monetária	144
3.11. Conclusões parciais	146
Conclusões	149
Apêndice – Pesquisa jurisprudencial	151
Referências Bibliográficas	187